



CNPJ: 13.018.171 / 0001-90

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Por fim, o Relatório evidencia a solidez econômico-financeira da DESO, o compromisso permanente com a qualidade da água produzida, a preservação ambiental e a responsabilidade social, além de registrar o reconhecimento aos colaboradores e parceiros, reafirmando o empenho da Companhia na melhoria contínua, na inovação e na sustentabilidade de suas operações.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

DFC – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)		
	Valores Expressos em R\$	
	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Período	(440.671.993)	10.018.432
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:	1.003.641.259	77.526.880
Depreciação e amortização	56.720.666	52.994.313
Provisão p/perdas na realização de créditos	37.750.869	2.093.330
(Ganho) Perda na baixa do do ativo imobilizado	882.374.345	-
Juros e Encargos dos Parcelamentos e financiamentos	26.795.379	22.439.232
Variação monetária sobre financiamentos	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-
Lucro Líquido Ajustado:	562.969.266	87.545.315
Variação das contas do ativo e passivo circulantes:	(392.262.292)	339.242.432
Cientes	20.999.966	(40.191.171)
Estoques	(623.054)	(408.680)
Outros créditos	6.467.479	(7.015.701)
Ativo Financeiro Concessão	(392.216.219)	392.216.219
Outras contas ativas de longo prazo	1.177.099	1.347.611
Fornecedores	(9.622.807)	521.551
Retenções contratuais	38.498	(143.521)
Contas a pagar	(3.823.326)	2.015.932
Outros débitos	(5.402.438)	2.332.111
Impostos, taxas e contribuições diversas	(3.766.810)	(1.119.299)
Consignações a recolher	(476.541)	452.171
Provisão p/ Férias e Gratificação	(3.231.770)	(8.937.451)
Salários e Encargos a pagar	(1.782.370)	(1.827.351)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	170.706.974	426.787.751
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(105.213.962)	(172.035.499)
Aquisição / alienação / baixa de bens do ativo imobilizado	(105.213.962)	(172.035.499)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(31.318.500)	201.657.211
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	23.021.661	58.727.071
Parcelamento de Dívidas Tributárias	17.180.682	-
Pagamento dos Parcelamentos da Dívida Contraída	(6.986.999)	(6.264.771)
Empréstimos Obtidos com Instituições Financeiras	-	177.047.441
Pagamentos de Empréstimos com Instituições Financeiras	(64.533.844)	(27.852.531)
VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	34.174.512	456.409.461
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	488.797.833	32.388.361
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	522.972.345	488.797.833

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Período de 01/01/2024 a 31/12/2025)

Valores Expressos em R\$

CONTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL SUBVENÇÕES	RESERVA DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
ESPECIFICAÇÕES						
SALDOS EM 01.01.24	1.302.000.000	20.112.383	331.430	(73.141.391)	680.963.750	1.930.266.171
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL					58.727.078	58.727.078
RESULTADO DO EXERCÍCIO				10.018.432		10.018.432
RESERVA LEGAL						-
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	-				-	-
SALDO EM 31.12.2024	1.302.000.000	20.112.383	331.430	(63.122.960)	739.690.828	1.999.011.680
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL					23.021.661	23.021.661
RESULTADO DO EXERCÍCIO				(440.671.993)		(440.671.993)
RESERVA LEGAL			(331.430)	331.430		-
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					-	-
SALDO EM 31.12.2025	1.302.000.000	20.112.383	-	(503.463.523)	762.712.489	1.581.361.348

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025

a prática contábil de reconhecimento de receita foi alterada: anteriormente baseada em estimativas mensais de consumo (volumetria), a receita passou a ser reconhecida de forma linear. Dessa forma, registra-se mensalmente o montante fixo correspondente à disponibilidade e prestação do serviço no período, independentemente do volume produzido, garantindo que o saldo reflita o direito contratual de recebimento por competência.

b) Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. As liquidações dessas transações envolvendo os valores calculados a base de estimativas, podem resultar em valores diferentes dos estimados em decorrência da imprecisão do processo utilizado para sua determinação.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de usuários, outros recebíveis, assim como valores a pagar de empreiteiros e fornecedores, além dos empréstimos, financiamentos, parcelamentos e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e posteriormente são mensurados ao valor justo, acrescido de eventuais rendimentos e encargos contratuais, ou reduzidos por eventuais expectativas de perdas quanto ao seu valor recuperável.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários a vista em contas de livre movimentação ou vinculadas a convênios e às aplicações financeiras de liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes ate a data do balanço.

e) Contas a Receber de Usuários

Estão apresentadas pelos valores históricos a receber de clientes, reconhecidos pelo regime de competência e não foram efetuados ajustes a valor presente. O saldo de contas a receber está composto por valores a receber de usuários dentro do Estado de Sergipe, apresentando a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Particulares	468.461.222	439.337.557
Público	113.098.661	115.131.245
Contas a Faturar	-	48.091.048
(-) Perdas Prováveis c\ Clientes	(399.869.657)	(362.210.052)
Contas a Receber, líquido	181.690.227	240.349.798

No final do exercício, a rubrica de Perdas Prováveis c\ Clientes apresentou o saldo acumulado de R\$ 399.869.657 (R\$ 362.210.052 em 2024). A movimentação das Perdas Prováveis c\ clientes foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Saldo no Início do Exercício	(362.210.052)	(360.116.718)
Perdas na realização de créditos	(53.403.416)	(54.538.944)
Recuperação de perdas de créditos	15.743.811	52.445.609
Perdas / Recuperações líquidas no exercício	(37.659.605)	(2.093.335)
Baixas, Líquidas das Recuperações	-	-
Saldo no Final do Exercício	(399.869.657)	(362.210.052)

Durante o exercício, foi contabilizado como perdas na realização de créditos o montante de R\$ 53.403.416 (R\$ R\$ 54.538.944 em 2024) e registrado como recuperação de créditos R\$ 15.743.811 (R\$ 52.445.609 em 2024). Dessa forma, o impacto das perdas de crédito no resultado do exercício foi de R\$ 37.659.605 (R\$ 2.093.335 em 2024).

A Composição das Perdas / Recuperação Líquidas no exercício foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Residencial	(25.597.660)	(12.522.838)
Comercial	(2.538.833)	8.014.201
Industrial	(431.876)	(253.177)
Público	(9.091.236)	2.668.479
Perdas / Recuperações líquidas no exercício	(37.659.605)	(2.093.335)

No exercício de 2025, a Companhia consolidou sua transição para o novo modelo operacional decorrente do processo de concessão parcial dos serviços de distribuição e esgotamento sanitário. Após o encerramento da fase de operação assistida, observou-se uma alteração na dinâmica de recuperação dos créditos. Historicamente, a ferramenta de interrupção do fornecimento (corte do ramal) constituía o principal mecanismo de mitigação do risco de crédito e redução da inadimplência. Com a transferência da gestão direta da rede e do contato final com o consumidor para a nova concessionária, a DESO perdeu a prerrogativa técnica e operacional de execução dessa medida coercitiva direta.

Essa mudança estrutural resultou na limitação das estratégias de cobrança aos meios administrativos e extrajudiciais, restando apenas à negativação junto aos órgãos de proteção ao crédito. Embora as medidas de cobrança “porta a porta” e negativação sejam aplicadas de forma sistêmica, a ausência do corte como fator de indução ao pagamento gerou um aumento das perdas de crédito.

f) Estoques

31/12/1995, ajustados por depreciações acumuladas e calculadas por espécie de bens com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e taxas fiscais permitidas pela legislação do Imposto de Renda.

A companhia não efetuou estudo do valor recuperável de acordo com CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos. Da mesma forma não foi realizado estudo para avaliação da vida útil restante dos bens representativos dos investimentos em infraestrutura que compõem o ativo imobilizado.

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/12/2025:

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Produção de Água	868.589.759	435.671.497	432.918.262
Bens de Uso Geral	47.179.144	39.828.512	7.350.632
Subtotal em Operação	915.768.903	475.500.008	440.268.895
Obras em Andamento	931.965.317	-	931.965.317
TOTAL GERAL	1.847.734.220	475.500.009	1.372.234.212

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/12/2024:

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.459.223.158	639.042.960	820.180.197
Sistema de Esgoto	676.444.707	135.605.079	540.839.628
Bens de Uso Geral	46.127.649	38.029.544	8.098.105
Subtotal em Operação	2.181.795.514	812.677.583	1.369.117.930
Obras em Andamento	837.781.804	-	837.781.804
TOTAL GERAL	3.019.577.318	812.677.583	2.206.899.735

Em observância ao CPC 27 – Ativo Imobilizado, no exercício de 2025, a Companhia procedeu com a baixa contábil dos ativos imobilizados vinculados às etapas de distribuição de água e esgotamento sanitário. A baixa desses ativos fundamenta-se na transferência da posse e do controle operacional para a nova concessionária, o que cessa a geração de benefícios econômicos futuros para a DESO.

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO (BAIXA)
Distribuição de água	599.541.957	244.100.218	355.441.739
Esgotamento sanitário	676.730.022	149.797.416	526.932.606
Subtotal em Operação	1.276.271.979	393.897.634	882.374.345

Os ativos vinculados à produção (captação, adução e estações de tratamento de água - ETAs) permanecem sob controle da DESO, não tendo sido objeto de baixa.

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS
Captação, Tratamento, Reservação, Coleta e Lançamento	2%
Adução e Redes	3%
Imóveis	4%
Hidrômetros	5%
Móveis e Utensílios e Equipamentos Gerais	10%
Equipamento de Processamento de Dados e Veículos	20%

i) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, considerando as taxas definidas no contrato no momento da captação dos referidos empréstimos e financiamentos.

j) Provisão para Contingências

A provisão para contingências está constituída com base na avaliação de riscos prováveis, baseada no parecer dos consultores jurídicos para os processos conhecidos até 31/12/2025. As provisões somente são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de resultado de eventos passados e sejam prováveis os riscos de perdas avaliados com base numa estimativa razoável do valor, que poderão resultar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

k) Demais Passivos Circulantes e Não-Circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS

Correspondem às seguintes impostos, taxas e contribuições diversas:

DESCRIÇÃO	2025	2024
PIS / PASEP	245.010	513.936
COFINS	1.130.815	2.372.010
CSLL	118.538	118.538
Tributos retidos na fonte	4.067.673	6.324.362
TOTAL	5.562.036	9.328.846

5. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos foram contraídos em moeda nacional, assim discriminados:

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIM. FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZ. MONET.
BC SANTANDER CT 000270012724	46.875.000	11.883.735	58.758.735	SET/2027	2,79	CDI
BC NORDESTE CT 5202385410111	12.450.000	43.821.530	56.271.530	DEZ/2039	1,82 / 2,22	IPCA
BC NORDESTE CT 5202116688760	21.740.000	108.039.639	129.779.639	DEZ/2039	1,82 / 2,22	IPCA

6. PARCELAMENTOS

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL
REFIS LEI 12.996 - COD. 4720	197.896	-	197.896	JUL / 2026
REFIS LEI 12.996 - COD. 4737	579.141	1.206.108	1.785.249	MAR / 2027
PERT LEI 13.496 - COFINS	1.418.203	3.392.145	4.810.348	JUL / 2029
REFIS LEI 12.996 - COD. 4750	1.547.147	4.287.311	5.834.456	NOV / 2027
PERT LEI 13.496 - INSS	1.223.965	2.530.380	3.754.345	JAN / 2030
PARCELAMENTO SIMPLIF. INSS GILRAT I	1.551.974	7.878.969	9.430.943	MAI / 2030
PARCELAMENTO SIMPLIF. INSS GILRAT II	637.572	5.856.335	6.493.907	AGO / 2030
PARCELAMENTO SIMPLIF. PIS	18.674	308.349	327.023	OUT / 2030
TOTALS	7.174.572	25.459.597	32.634.169	

Em 2025, a Companhia formalizou a adesão a três parcelamentos simplificados relativos dois débitos previdenciários (INSS) e um tributário (PIS/PASEP), todos parcelados em 60 meses e grande parte já se encontravam provisionados em rubrica de contingências fiscais.

Em 2020, foram realizados dois parcelamentos simplificados para regularização de débito previdenciário (INSS) e tributário (PIS/PASEP e COFINS), ambos parcelados em 60 meses. Em 2017, a Companhia aderiu ao REFIS DO PERT instituído pela Lei nº 13.496 de 24/10/2017, o qual optamos por parcelar em 145 meses os débitos com INSS/COFINS, consolidado em 2018. Em 2014, a Companhia aderiu ao parcelamento do governo federal da Lei nº 12.996 de 18/06/2020. Os prazos requeridos no parcelamento são de até 180 meses, estando os débitos remanescentes atualizados pela SELIC e e juros de 1% ao mês.

7. PROVISÕES S/ REMUNERAÇÃO E ENCARGOS

A composição apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Provisão Férias	10.066.808	13.298.535
TOTAL	10.066.808	13.298.535

8. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Fundo Municipal de Saneamento	-	3.191.535
Outras Contas a Pagar	7.099	638.808
TOTAL	7.099	3.830.343

Historicamente, a Companhia mantinha o compromisso financeiro de realizar repasses ao Fundo Municipal de Saneamento Básico de Aracaju (FMSB), conforme estabelecido no contrato de programa. No entanto, em virtude do processo de concessão dos serviços de distribuição de água e esgotamento sanitário, a há mais obrigação legal de repasse pela Companhia.

9. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas e tributárias classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR BASE 31/12/25	PROVISÃO 31/12/25	PROVISÃO 31/12/24
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS			
Provável	14.966.659	14.966.659	14.391.282
Possível	13.319.712	-	-
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS			
Provável	11.898.750	11.898.750	9.182.066
Possível	13.860.393	-	-
TOTAIS	54.045.514	26.865.409	23.573.348

A Companhia é parte de diversos processos de origem trabalhistas, cíveis e tributários, na esfera administrativa e judicial. A avaliação das Contingências Passivas e seu grau de risco são avaliados pela área jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda classificada como provável, possível. A companhia adota como procedimento constituir provisão integral sobre os valores estimados como perdas prováveis nas demandas trabalhistas e cíveis. As ações de natureza trabalhista envolvem reclamações movidas, principalmente, por empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando rescisões contratuais, horas extras, entre outras demandas, assim como, ações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia referente a direitos de acordo coletivo de trabalho. As ações de natureza cíveis relacionam-se com pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros.

10 – RECURSOS VINCULADOS A CONVÊNIOS

DESCRIÇÃO	2025	2024
Prefeitura de Aracaju	17.211.481	17.211.481
Secretaria do Desenv. Urbano e Infraestrutura. – SEDURBI	122.250.422	122.250.422
Secretaria do Planejamento – SEPLAN	2.199.108	2.199.108
Instituto e Colonização Agrária – INCRA	228.789	228.789
TOTAL	141.889.800	141.889.800

11. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de 20.000.000.000 de ações. Em 31/12/2024, o capital social integralizado era de R\$ 1.302.000.000, composto por 15.000.000.000 de ações no valor

13. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Previdência Complementar

Para atendimento de cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia contratou Plano de Previdência Complementar que será administrado pela MONGERAL AEGON Fundo de Pensão. O plano oferece os Benefícios de: - Aposentadoria, com as seguintes condições: I - contar no mínimo 55 (cinquenta) anos de idade; II - 60 (sessenta) contribuições ao Plano; e III - cessação do vínculo empregatício com o Patrocinador; - Benefício por Invalidez; - Benefício por Morte de Participante ou de Assistido. O Plano será custeado por meio de contribuições básicas mensais dos participantes que varia de 0,50% a 6,00% do salário de participação e contribuições facultativas adicionais e/ou voluntárias. O patrocinador contribuirá para o Plano com valor equivalente a 100% da contribuição básica do Participante.

b) Indenização por tempo de serviço

Conforme cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia pagará, como incentivo ao pedido de rescisão contratual, aos empregados que requererem até 31 de Janeiro de 2025 e que tenha prestado o mínimo de cinco anos de serviço efetivo, uma indenização por tempo de serviço constituída de: 5, 10, 15 e 20 vezes o valor do salário-base + incorporações (proporcional ao tempo de serviço); 30% do saldo do FGTS; aviso prévio equivalente a um mês de remuneração; R\$ 40.000,00 como incentivo pecuniário e plano de saúde por 36 meses após a rescisão contratual.

Em Setembro de 2024 a Diretoria Executiva aprovou o Regulamento do Programa de Desligamento Voluntário Incentivado (PDV) para reduzir o gasto de pessoal e garantir a saúde financeira da empresa diante do novo cenário da concessão parcial, contendo os seguintes benefícios: 20 vezes o valor do salário-base + incorporações e anuênios; 40% do saldo do FGTS; Aviso prévio equivalente a um mês de remuneração; R\$ 30.000,00 de incentivo pecuniário; R\$ 72.000,00 como incentivo pecuniário de assistência à saúde, para aquele que não permanecer no plano de saúde; Saldo de gozo de licença prêmio referente ao último quinquênio consolidada.

14. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	612.443.855	895.056.813
Receitas de Água	543.375.259	647.564.632
Receitas de Esgoto	60.146.829	169.001.671
Receitas de Outros serviços	57.012.815	73.167.739
Receitas a Faturar	(48.091.048)	5.322.772
Deduções das Receitas Operacionais	(24.140.501)	(32.475.293)
Pis/Pasep	(4.324.437)	(5.783.271)
Cofins	(19.816.064)	(26.692.021)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	588.303.354	862.581.520

A composição das receitas operacionais, por categoria, é a seguinte:

	2025	2024
RECEITAS OPERACIONAIS	612.443.855	895.056.813
Residencial	216.121.921	623.602.127
Comercial	353.098.165	89.475.058
Industrial	4.209.741	15.899.299
Órgãos Públicos	30.092.260	87.589.819
Receitas de Outros serviços	57.012.815	73.167.739
Receitas a Faturar	(48.091.048)	5.322.772

15 – CUSTOS DOS SERVIÇOS

A Composição dos custos por natureza, é a seguinte:

	2025	2024
CUSTOS DOS SERVIÇOS	(573.056.739)	(694.028.029)
Pessoal	(236.582.781)	(252.808.135)
Energia Elétrica	(96.087.800)	(117.425.628)
Material de Tratamento	(44.375.115)	(44.870.724)
Outros Materiais	(9.573.146)	(20.771.556)
Serviços de Terceiros	(128.924.490)	(190.678.620)
Depreciação	(52.883.123)	(49.388.701)
Fundo Municipal de Saneamento Básico	(3.174.322)	(11.796.723)
Outros Custos	(1.455.963)	(6.287.940)

16 – DESPESAS OPERACIONAIS

A composição destas despesas por natureza é a seguinte:

	2025	2024
DESPESAS OPERACIONAIS	(498.837.524)	(142.069.042)
Comerciais	(54.937.675)	(73.166.367)
Pessoal	(42.759.390)	(50.141.181)
Material	(100.905)	(225.517)
Serviços e Terceiros	(11.593.160)	(21.763.644)
Outras despesas comerciais	(484.219)	(1.036.025)
Administrativas	(108.589.750)	(98.900.296)
Pessoal	(48.479.555)	(50.766.154)
Material	(516.344)	(797.301)
Serviços de Terceiros	(36.057.144)	(31.316.291)
Depreciação	(3.837.543)	(3.605.611)
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	(3.292.061)	(2.332.114)
Outras despesas administrativas	(16.407.104)	(10.082.825)
Fiscais e Tributárias	(9.075.453)	(4.933.502)
Taxa pelo uso da água	(6.245.082)	(1.385.990)
Taxa agência reguladora	(2.710.974)	(3.486.749)
Outros impostos e taxas	(119.397)	(60.763)
Outras despesas (receitas) operacionais	(326.234.646)	34.931.123
Resgates Judiciais	2.546.498	3.420.633
Aluguéis de Imóveis	93.750	-
Restituição de impostos	32.822.058	33.739.969
Outorga Concessão	558.770.497	-
Baixa de Ativos	(882.374.345)	-
Perdas Líquidas de créditos	(37.750.869)	(2.093.335)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, em cumprimento ao disposto no art. 163 da Lei nº 6.404/76, e ao estatuto da empresa, procedeu ao exame do Relatório de Gestão da Administração e das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2025, à vista do Relatório dos Auditores Independentes - AUDIMEC Auditores Independentes S/S, com data de 31 de março de 2026, com ressalva e parágrafos de ênfase, elaborado de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Exceto pelas ressalvas e parágrafo de ênfase, apontados no Relatório de Auditoria Independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES – RAI
ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2025

Aos
Acionistas, Diretores e demais Administradores da
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO
Rua Campo do Brito, 331 – Praia 13 de Julho, Aracaju – Sergipe
CEP: 49.020-380
Telefone: (79) 3226-1000 - Site: www.deso-se.com.br
CNPJ (MF): 13.018.171/0001-90

1) Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião com Ressalva

2.1 Teste de Recuperabilidade dos Ativos Fixos - Resolução nº 1.292/2010 do CFC.
Consoante mencionado em nota explicativa nº 3 “h”, a Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

2.2. Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.
A companhia também não efetuou o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, de que trata o CPC 27. Como consequência, não nos foi possível mensurar os efeitos decorrentes da utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Ênfase:
3.1) Contratos de Concessão

Mantendo nossa opinião inalterada enfatizamos como mencionado na nota explicativa nº 1 que passamos a transcrever: “O exercício de 2025 consolida a maior transformação estrutural na história da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), fundamentada no Novo Marco Legal do Saneamento (Lei Federal nº 14.026/2020) e nas diretrizes estabelecidas pela Microrregião de Água e Esgoto de Sergipe (MAES). Este processo teve seu marco inicial no leilão de concessão parcial realizado em 2024, no qual a concessionária Igua Saneamento sagrou-se vencedora para assumir a exploração dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto. A nova estrutura redefine o papel estratégico da DESO, que deixa de atuar na ponta final do consumo (do rio à torneira) para se

Este Conselho, conclui, baseado no Relatório da Auditoria AUDIMEC MEC Auditores Independentes S/S, que a referida documentação se encontra em condições de ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Aracaju (Se) e Brasília, 06 de abril de 2026.

DANIEL MARQUES ANDREOZZI
Presidente do Conselho

ROOSEVELT SANTOS MENDONÇA MAYNART
Conselheiro

MARCELO ARAQUAM DE SOUSA
Conselheiro

conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 21 de março de 2025, com opinião modificada contendo as mesmas ressalvas.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a DESO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a DESO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da DESO.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

7) Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos

2.2. Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

A companhia também não efetuou o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, de que trata o CPC 27. Como consequência, não nos foi possível mensurar os efeitos decorrentes da utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

9) Ênfase:
3.1) Contratos de Concessão

Mantendo nossa opinião inalterada enfatizamos como mencionado na nota explicativa nº 1 que passamos a transcrever: *“O exercício de 2025 consolida a maior transformação estrutural na história da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), fundamentada no Novo Marco Legal do Saneamento (Lei Federal nº 14.026/2020) e nas diretrizes estabelecidas pela Microrregião de Água e Esgoto de Sergipe (MAES). Este processo teve seu marco inicial no leilão de concessão parcial realizado em 2024, no qual a concessionária Iguá Saneamento sagrou-se vencedora para assumir a exploração dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto. A nova estrutura redefine o papel estratégico da DESO, que deixa de atuar na ponta final do consumo (do rio à torneira) para se posicionar como produtora de água tratada. No mês de abril de 2025, encerrou-se formalmente o período de operação assistida, ocorrendo a transferência definitiva da responsabilidade operacional dos sistemas de distribuição de água e esgotamento sanitário para a concessionária. A partir deste marco, as atividades da DESO concentraram-se nos processos de captação e tratamento de água bruta. A relação comercial e operacional entre a Companhia e a concessionária passou a ser regida pelo Contrato de Interdependência, instrumento que define os volumes de água fornecidos, os padrões de qualidade e a tarifa, que passa a constituir a base principal das receitas operacionais da DESO. Como reflexo direto dessa mudança de controle e posse da infraestrutura, a Companhia promoveu, no exercício de 2025, a baixa contábil dos ativos vinculados à concessão parcial. Os bens que compunham o Ativo Imobilizado relativos às redes de distribuição, ramais e sistemas de coleta foram baixados em decorrência do encerramento da exploração direta por parte da DESO. Dessa forma, o patrimônio remanescente da Companhia passou a ser composto essencialmente por ativos estratégicos vinculados à produção de água, adução e infraestrutura de segurança hídrica, refletindo com fidedignidade a nova realidade operacional e patrimonial da entidade após a transferência dos serviços.”*

10) Outros Assuntos
4.1) Relatório da Administração

A administração da **DESO** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 21 de março de 2025, com opinião modificada contendo as mesmas ressalvas.

11) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **DESO** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **DESO** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

12) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e sufi-

ciente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **DESO**.
✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **DESO** a não mais se manter em continuidade operacional.
✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **DESO** a não mais se manter em continuidade operacional.
✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Aracaju/SE, 31 de março de 2026

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O “S”SE

Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S” SE



Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP nº 2.200/2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado.



Agência Jomal de Notícias



www.ajn1.com.br

Aposte a camera do seu celular para o QR code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Correio de Sergipe. Acesse também por meio do link: <https://ajn1.com.br/publicacaolegal/>

